

**Políticas linguísticas para o (não) ensino da língua de imigração/ *Language policy for the (no) immigration language teaching***

Franciele Maria Martiny\*

**RESUMO**

Este artigo tem como propósito abordar as políticas linguísticas de um município situado no Oeste do Paraná a fim de debater os motivos pelos quais o planejamento linguístico do Estado não deu resultados positivos na comunidade quanto o ensino de língua alemã, a língua de imigração da localidade. Para tanto, a pesquisa apoia-se na Abordagem Sociolinguística, com atenção voltada a contextos de minorias linguísticas. A metodologia de pesquisa parte de uma perspectiva interpretativista, com base em dados levantados em documentos e entrevistas, durante a pesquisa realizada (AUTOR, 2015). Os resultados apontam que a falta de políticas linguísticas locais voltadas ao ensino de alemão, ao longo da história do município, tem contribuído para o processo de perda da língua de imigração, que nunca esteve presente na grade curricular das escolas municipais, embora existam outras práticas culturais germânicas. No caso das políticas existentes, por intermédio do Estado, nos cursos universitário e no Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM), vários fatores influenciam diretamente para a evasão de alunos, evidenciando a necessidade de um trabalho intenso voltado à diversidade linguística e cultural regional que minimize o conflito diglótico e promova o fortalecimento do bilinguismo na sociedade, sempre com a contrapartida da comunidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas linguísticas; Língua de imigração; Ensino de alemão.

**ABSTRACT**

*This article aims to treat the linguistic policies of a municipality located in the west of Paraná to discuss the reasons why the state's Language policy did not give positive results in the community with the teaching of German language, the language of immigration of the place. Therefore, the research has a Sociolinguistics approach, focusing on contexts on linguistic minorities. The research methodology has interpretative perspective and it is based on data collected in documents and interviews, during the PhD thesis (AUTHOR, 2015). The results point out that the lack of local language policies related to the teaching German, throughout the history of the municipality, has contributed to the weakening of the language of immigration, which was never present in the curriculum of municipal schools, although there are other Germanic cultural practices. In the case of existing policies, through the State, in the university courses and Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM), several factors directly influence the non-permanence of students in them, highlighting the need for intense work focused on linguistic diversity and regional culture that minimizes the diglossic conflict and promotes the strengthening of bilingualism in society, always with the counterpart of the community.*

**KEYWORDS:** Language policy; immigrant language; German teaching.

## **1 Considerações iniciais**

Durante a realização da Tese de Doutorado (2015), buscou-se investigar as políticas linguísticas promovidas (e não promovidas) para o ensino e a aprendizagem da língua de imigração de um município localizado no Oeste do Paraná, a saber, a língua alemã.

---

\* Docente da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Endereço eletrônico: franmartiny@hotmail.com.

A pesquisa surgiu porque, em contraposição ao cenário coercitivo que proibia aos imigrantes<sup>1</sup> e descendentes falarem sua língua materna, mais recentemente (nas décadas de 1980 e 1990), o Governo do Estado do Paraná possibilitou ações de resgate de “línguas de imigração”<sup>2</sup>, por meio de aulas no contraturno escolar. A exemplo do que aconteceu no município foco desta pesquisa com a implantação do curso de língua alemã no Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM), e com a inserção do curso de graduação com Licenciatura em Letras Português/Alemão em uma universidade pública, ambos solicitados pela comunidade escolar/universitária.

Nos dois cursos supracitados, há um número baixo de alunos e, ao mesmo tempo, há um alto índice de desistência, apesar de a língua alemã - ensinada como língua estrangeira -, ser a língua de imigração na localidade, uma referência na colonização do município, que possui a maior parte de seus habitantes descendentes de imigrantes alemães. Esses imigrantes, ainda, mantêm costumes e dialetos regionais de seus antepassados, caracterizando, assim, um contexto bilíngue (Português/Alemão) e bidialetal<sup>3</sup>.

Para além dos cursos, em nível municipal, também se constata a diminuição da interação em língua alemã, que, ao passar dos anos, vai sendo cada vez menos usada pela comunidade, limitando a sua presença na 2ª e na 3ª gerações de descendentes (VON BORSTEL, 1992). É perceptível, de maneira geral, que as pessoas não têm buscado aprender/ensinar a língua alemã, nem no ambiente familiar, nem em cursos formais (AUTOR, 2015).

Nesse sentido, considera-se importante abarcar o campo das políticas linguísticas, em contextos de minorias linguísticas, trazendo para este texto algumas reflexões acerca da (não) continuidade da língua de imigração na localidade por meio de ações ou da falta delas para a manutenção na comunidade.

Para tanto, revela-se a necessidade de observar e analisar todo o contexto histórico-social e de ensino de línguas, por meio dos estudos sociolinguísticos, a fim de problematizar o motivo pelo qual as citadas iniciativas não têm conseguido atingir a comunidade. As salas de aula têm recebido cada vez menos alunos de alemão, o que resulta em dois problemas: a

---

<sup>1</sup> O termo imigrante será usado, ao longo deste texto, a fim de sinalizar dois processos: a imigração dos europeus para o Brasil e, ao mesmo tempo, a migração deles e de seus descendentes entre os Estados brasileiros, formando várias ilhas linguísticas em várias regiões no país. Este grupo de origem cultural germânica originou falares multilinguísticos da língua alemã.

<sup>2</sup> Língua de imigração tem sido utilizada também como língua familiar, língua de herança, língua de comunidade étnica, língua minoritária, língua de origem étnica.

<sup>3</sup> Por este termo entende-se a situação linguística em que os falantes, de acordo com cada situação comunicativa, fazem uso de dialetos sociais, regionais e estilísticos (BORTONI-RICARDO, 1993).

dificuldade de campos de estágio para a formação de novos docentes e a ausência de perspectiva para o profissional da área.

Para tentar representar melhor essa problemática, em um primeiro momento, neste estudo, serão apresentadas questões históricas, culturais e linguísticas do município foco da pesquisa para, em seguida, discutir a existência (ou não) de políticas linguísticas locais e sua relação com a falta de ensino da língua alemã. Isso será feito por meio de dados levantados durante a pesquisa de campo realizada (AUTOR, 2015), por meio da coleta de documentos e entrevistas.

## **2 A relação entre língua e cultura alemã na comunidade: o projeto de colonização**

Os estudos sociolinguísticos balizam as análises presentes neste artigo, pois considera-se o estudo da linguagem numa dimensão mais ampla em associação a outros campos científicos, como a Antropologia, a Sociologia e a História.

Acredita-se, desse modo, que não há como separar os fatores extralinguísticos que estão inseridos no linguístico e que fazem parte da composição de uma língua. É com base na concepção de linguagem como prática histórico social que se deve compreender a natureza complexa da ação linguística e de suas relações com o não linguístico.

Von Borstel (1992) e Pereira (1999), ao pesquisarem minorias linguísticas na Região Oeste do Estado do Paraná, consideram a região como sociolinguisticamente complexa. Esse cenário deve-se a alguns fatores, como as línguas de fronteiras, a localização próxima às áreas de tríplice fronteira entre Brasil/Argentina/Paraguai; a presença de línguas indígenas nas pequenas comunidades indígenas em alguns municípios; bem como as línguas de imigrações de italianos, alemães, poloneses, ucranianos e outras culturas étnicas na região.

Esse cenário remonta também à constituição histórico-cultural e linguística do município estudado. Para esclarecer um pouco mais o contexto estudado, retomam-se, nesse momento, aspectos relacionados à sua colonização, que aconteceu a partir do final dos anos de 1940 e início dos anos de 1950. Sobre o tema, é importante dizer que os imigrantes e seus descendentes vieram principalmente da região Sul do país ou de regiões da Alemanha, entre elas: Schleswig-Holstein, Nordrhein-Westfahlen, Rheinland-Pfalz, Baden-Württemberg, Bayern, Berlin, Vorpommern; como também da Áustria, da Suíça e de imigrantes alemães denominados de *Deutschruss* que passaram um período na Rússia (VON BORSTEL, 1992).

O desenvolvimento da comunidade está diretamente ligado ao trabalho da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A – MARIPÁ. A empresa comercial constituída por gaúchos, liderados por Alfredo Ruaro, Luiz Alberto Dalcanalle, aliados a Curt e Egon Brecht, Willy Barth e Julio Gertun de Azevedo Bastian, que compraram a Fazenda Britânia, no início de 1945, da Companhia de Madeiras Del Alto Paraná.

A Maripá traçou um ‘Plano de Colonização’, a partir de um documento em que se previam os objetivos da empresa, destinando a divisão e venda das terras em lotes principalmente para imigrantes alemães e italianos e seus descendentes, uma vez que esses eram considerados os mais preparados para a colonização.

Conforme descreve Saatkamp (1985), o Plano de Ação da Colonizadora Maripá possuía uma série de regras, entre elas a “escolha dos elementos humanos para povoar a Fazenda Britânia” (SAATKAMP, 1985, p. 42). Os agricultores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina seriam os mais conhecedores dos produtos agrícolas, do clima. Essa hegemonia populacional foi considerada ideal para a perpetuação de hábitos e costumes germânicos, os quais seriam repassados daquelas gerações para as próximas.

Dialogando com esse cenário, Stein (2000) recuperou os discursos sob os quais se construiu a germanidade como referência identificatória do município. Sobre o direcionamento das terras para imigrantes e a imagem construída desse ideal de colonização, o historiador menciona que

Esses elementos discursivos sob os quais se constrói esse colono são seu caráter ‘afeito ao trabalho’, e seu ‘apego à terra’. Portanto, uma certa ‘predestinação’ é inerente aos descendentes de italianos e alemães, que já demonstraram isso em seus lugares de origem. Daí o Plano de Ação também apresentar os colonos descendentes de alemães e italianos como sujeitos ‘iluminados’ que, através de seu caráter ‘laborioso e ordeiro’, com uma ascensão garantida, revelariam, em certa medida, uma “predestinação” ao sucesso (STEIN, 2000, p. 24).

Depreende-se da leitura deste excerto que, mais uma vez, houve todo um imaginário em torno dos descendentes alemães e italianos que, devido as suas origens, seriam os trabalhadores ideais para desbravar a terra e torná-la produtiva.

Com relação à temática, Schulze (2008) retoma a visão positiva amplamente reproduzida no discurso da germanidade, promovido e mantido pelo protestantismo no Brasil, em que se observam as ‘virtudes’ alemãs que estão atreladas à germanidade. Entre as principais características estariam: *Arbeitsamkeit* (Diligência), *Ordnung* (Ordem),

*Wahrhaftigkeit* (Verdade), *Sittlichkeit* (Moralidade), *Sparsamkeit* (Economia), *Gottesfurcht* (Piedade) e *Treue* (Fidelidade). Verifica-se a partir dessa constituição lexical um ser humano idealizado para colonizar as novas terras.

Atualmente, mesmo após seis décadas de colonização e cinco décadas de emancipação político-administrativa, o município continua mantendo o estilo europeu em construções em estilo germânico e na realização de eventos festivos ao longo do ano, principalmente por meio de incentivos públicos municipais que reiteram sempre esse discurso da germanidade da cidade.

Conforme menciona Targanski, “mesmo na atual configuração turística, cultural e arquitetônica da cidade, é possível perceber a influência da cultura germânica na região e, por outro lado, a ausência de características de outros tipos de imigrantes, embora também existam outras descendências” (2007, p. 28).

Devido a essas iniciativas, o município ficou conhecido e reconhecido em toda a região como “a cidade mais germânica do Paraná”. No entanto, mesmo que existam algumas tentativas realizadas em projetos públicos para atrair turistas, sejam alemães ou descendentes, ao visitar a cidade, as pessoas poderão ter dificuldades de encontrar falantes de alemão na configuração atual do município, principalmente no ambiente urbano.

Dentro desse projeto de germanização, pode-se citar, por exemplo, a construção de diversas repartições públicas com estilo germânico e o incentivo fiscal do Governo Municipal, em forma de uma lei, que previa a isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para imóveis que fossem construídos no estilo denominado Enxaimel e Casa dos Alpes. Isso também justifica a presença de muitas residências e estabelecimentos comerciais em estilo germânico na cidade. O próprio portal de entrada do município possui o estilo chamado de germânico, constituindo-se um cartão de visita, cartão postal e ponto turístico. Ressalta-se que o *design* do referido Portal foi eleito em concurso desenvolvido pela gestão pública da época. O regulamento previa que no projeto deveria ser especificado em qual região da Alemanha o autor buscou inspiração para o estilo apresentado.

Nesse contexto, portanto, constatam-se ações da administração municipal para promover eventos e leis favoráveis a divulgação dessa caracterização germânica, mas não se evidencia a mesma preocupação com o aspecto linguístico, como se pudesse haver a perpetuação de aspectos culturais desvinculados da língua, que envolve e direciona as práticas sociais.

Ao contrário dessa perspectiva, considera-se que a língua é um dos recursos imprescindíveis para a produção da cultura e “para que haja verdadeiramente cultura, não basta ser autor de práticas sociais; é preciso que essas práticas sociais tenham significado para aqueles que as realizam” (CERTEAU, 1995, p. 141). Nesse sentido, é preciso realizar o ato e não simplesmente receber algo pronto e estereotipado, motivo de ironia e de estigma, pela simples imitação de alguma prática que perdeu o seu vínculo, mas que ainda é repetida, mesmo que não faça sentido. Exemplo dessa situação são as festas “germânicas” realizadas no município ou as fachadas de prédios, ou mesmo o uso de frases soltas durante os discursos políticos, que não têm mais vínculo direto com a cultura e com a língua alemã e, que, muitas vezes, é estigmatizada.

Nos estudos de Fritzen (2008), ressalta-se esse estigma que acompanha, em muitos casos, os falantes de língua alemã e é, nesse ponto, que surge o desejo de muitos jovens de não aprenderem a língua da família que é estigmatizada, pelo receio de serem estigmatizados também, principalmente quando passam a frequentar a escola, um meio social abrangente.

Nas considerações de von Borstel,

O fenômeno mais revelador, contudo, em minhas pesquisas de línguas *em* e *de* contato, parece ser o conflito étnico latente não resolvido na medida em que se detecta um preconceito linguístico e cultural dos falares com certos traços fônicos e prosódicos de grupos étnicos, traços cuja representação simbólica não é reconhecida, nem abertamente discutida nas instituições educacionais e na sociedade (VON BORSTEL, 2011, p. 13-14, grifos da autora).

A afirmação da pesquisadora reforça o conflito e o estigma presentes em muitos eventos cotidianos dos descendentes de imigrantes no momento em que esses se manifestam oralmente. São questões latentes e recorrentemente encontradas nas entrevistas desta pesquisa.

A fim de evitar a estigmatização, muitos pais deixaram de falar ou mesmo, como já mencionado, ensinar os filhos a língua de imigração, pela possível desvalorização social que poderiam sofrer.

A partir desse cenário, retomam-se as palavras de Atenhofen (2013 p. 95) “[...] a discriminação que normalmente se associa às línguas minoritárias não é inerente à língua e à sua definição, mas sim reflete uma situação social vigente que demanda justamente de uma política e de um planejamento linguístico, para resolver conflitos e disparidades”.

Diante desse contexto, são apresentadas, na sequência deste artigo, discussões em torno das políticas linguísticas e a ausência delas no processo de manutenção da língua alemã no município estudado.

### **3 Políticas linguísticas e a (não) manutenção da língua de imigração**

É recente a circulação do termo “política linguística” de maneira minimamente sistemática no Brasil, pois a ideologia de uma língua única, o mito do monolinguismo, camufla a realidade plurilíngue do país (OLIVEIRA, 2007). O termo apareceu na década de 1970, em paralelo às línguas inglesas, espanholas, alemãs e francesas.

De acordo com Calvet, a política linguística envolve “um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social” (2007, p. 145).

Entretanto, por sua própria natureza, não há certezas nesse campo, pois uma política linguística pode ser

[...] tanto bem acertada como danosa, muitas vezes sem que aqueles responsáveis pelas decisões saibam disso no momento das tomadas das decisões. Até mesmo gestos bem intencionados podem gerar resultados deletérios (RAJAGOPALAN, 2013, p. 37).

Comprova-se, partindo dessa visão, que as questões em torno da língua envolvem situações complexas de poder, ideológicas entre os governos e os governados, uma vez que o poder maior estará centralizado no Estado, que nem sempre é democrático.

Nesse viés, retoma-se o contexto mais geral da história linguística do país, uma vez que, de maneira geral, no Brasil, houve uma sequência de políticas linguísticas homogeneizadoras, com o ideal de língua única supranacional, o que contribuiu para o enfraquecimento e desaparecimento de diversas línguas minoritárias.

Nas considerações de Calvet (2007),

O poder político sempre privilegiou essa ou aquela língua, escolhendo governar o Estado numa língua ou mesmo impor à maioria a língua de uma minoria. No entanto, a *política linguística* (determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade) e o *planejamento linguístico* (sua implementação) são conceitos recentes que englobam apenas em parte essas práticas antigas (CALVET, 2007, p. 11, grifos do autor).

Assim, pode-se afirmar que as políticas em torno das línguas influenciam diretamente o curso delas tanto para sua manutenção quanto para o seu desaparecimento.

No caso do município ora pesquisado, constatou-se que as ofertas dos cursos de língua alemã, CELEM e Universidade, são instâncias de materialização de política linguística, por meio de uma planificação, mas tais ações não têm apresentado os resultados esperados em seus projetos, como já citado na introdução deste trabalho.

No caso do CELEM, o programa foi criado pelo governo do Estado do Paraná, em 1986, embasado no artigo 7º da Resolução Secretarial nº 3546/86, e foi colocado em prática a partir de 1988. Tem por finalidade desenvolver cursos de línguas e culturas: italiana, alemã, hispânica, francesa, árabe, japonesa, polonesa e ucraniana, objetivando estimular e facilitar a inclusão dessas línguas nos currículos plenos do Sistema Educacional do Estado do Paraná, para recuperação e manutenção das línguas de imigração, considerando a variedade cultural étnica do Estado.

No município estudado, essa modalidade de ensino está presente desde 1997, primeiramente, com a oferta da língua espanhola e, no ano seguinte, em 1998, com a inclusão da língua alemã, ambos os cursos foram ofertados em um colégio localizado na área urbana do município, permanecendo até a atualidade, mas sem a oferta ininterrupta de alemão, por falta de professor (AUTOR, 2015).

Além disso, em pesquisa documental a outras escolas, constatou-se que houve também o curso de língua alemã pelo CELEM, em um distrito no interior do município, de 2006 a 2007, com a formação de duas turmas em dois anos do nível básico. A não continuação do curso, de acordo com entrevistas, foi devido ao pouco interesse dos pais e dos alunos pelo ensino formal da língua de imigração, sendo, atualmente, ofertado apenas o curso de inglês devido à presença dessa língua no vestibular (AUTOR, 2015)<sup>4</sup>.

Outros estudos também evidenciam o número reduzido de alunos quando se trata da procura por cursos com a língua de imigração das comunidades. Uma das justificativas é a de que os alunos preferem estudar uma língua para ampliarem suas possibilidades de trabalho no futuro, como acontece com o caso supracitado do inglês. Outras justificativas estão pautadas

---

<sup>4</sup> Mesmo a Universidade local tendo o curso de formação docente em língua alemã e a região possuir falantes bilíngues, o vestibular, atualmente, só conta com provas em língua estrangeira de inglês e de espanhol. No entanto, já havia a possibilidade de escolha do candidato pela língua alemã em edições anteriores do processo seletivo.

em discursos sobre a aceitação da língua de imigração na própria comunidade, principalmente no momento em que esses alunos saem das zonas rurais e, ao chegarem à área urbana, deixam de usar a língua minoritária, substituindo-a pela majoritária, ou seja, pelo português, no caso do Brasil. Semelhante realidade é mencionada por Altenhofen (2002), ao abordar o ensino da língua alemã no Rio Grande do Sul.

Considera-se que essas são situações recorrentes que corroboram o apagamento gradual das línguas de imigração. Primeiro, as políticas linguísticas não conseguem considerar a realidade plurilíngue do país e, segundo, os próprios imigrantes que optam em deixar de usar a sua língua familiar ou de entorno por escolha ou pelo contexto.

Nesse entorno, apesar da referência do respeito à diversidade, a iniciativa da implantação da língua alemã pelo CELEM, de maneira geral, a ação não tem promovido o resgate da cultura e a língua dos descendentes, pelo número reduzido de participantes, principalmente no segundo ano do curso, quando o número de participantes é menor ainda. Também em análise a currículos, verifica-se que o ensino da língua alemão desconsidera as especificidades culturais e linguísticas locais, as quais trazem contextos diglóticos que necessitariam de um trabalho mais sensível voltado às minorias.

No caso do curso universitário local de Letras, há a formação com dupla licenciatura, uma em língua portuguesa e em uma língua estrangeira. Primeiramente, em 2003, havia a opção da segunda licenciatura com língua alemã ou com língua espanhola, das 40 vagas, 20 eram destinadas para o alemão e 20 para o espanhol. Em 2005, consta que as 40 vagas foram revistas devido à inclusão da língua inglesa no currículo, sendo que a nova composição de vagas ficou assim: 10 vagas para língua alemã, 15 vagas para língua espanhola e 15 vagas para língua inglesa. Nesta nova reformulação, observa-se a diminuição do número de vagas para a habilitação com licenciatura na língua alemã. Há dois anos houve nova mudança e estão sendo ofertadas 12 vagas para o alemão, 16 vagas para o espanhol e 16 vagas para o inglês, aumentando para 44 vagas no curso de Letras. Com isso, percebe-se, ao longo das alterações, o *status* maior das línguas espanhola e inglesa em detrimento do alemão.

Sobre a escolha dessa língua para integrar o curso universitário, é defendido pelo Projeto Político Pedagógico (UNIOESTE – PPP, 2009)<sup>5</sup>, que foi considerado o contexto regional onde os egressos do curso poderiam atuar. Menciona-se no documento os aspectos culturais preservados no município, bem como o bilinguismo presente na localidade, o que

---

<sup>5</sup> Cita-se o PPP de 2009, no entanto, o documento está sendo reformulado, juntamente com as ementas de todas as disciplinas.

traria consequências para a comunidade, exigindo saber a língua alemã para integrar-se às situações de contato com o social, bem como ter professores habilitados para ministrar aulas nas escolas que adotaram a língua alemã como disciplina, para também lidar com as interferências da língua alemã durante o aprendizado do português.

Verifica-se que o citado documento apresenta a preocupação em situar a língua de imigração presente no município e a necessidade de oferecer o seu ensino, a fim de formar professores, porém essa demanda de mercado não tem aparecido. Tanto que no próprio curso Universitário, atualmente, não há professores concursados, apenas há dois professores celetistas contratados por tempo determinado. O curso já teve dois professores concursados, como acontece atualmente nas línguas espanholas e inglesas (em que há também mais docentes colaboradores celetistas), mas, após o professor concursado ter se desligado da instituição e o outro ter se aposentado, as vagas não foram, ainda, repostas.

No CELEM, há uma situação semelhante, existe somente um professor concursado – que está em licença -, e um professor celetista que está o substituindo temporariamente. Com exceção dessas poucas vagas, não há cargo público no município e no Estado para professores de língua alemã no município. Pode haver a oferta de aulas particulares de idiomas ou de lecionar numa única escola de idiomas particular da cidade, o que, novamente, exige apenas um docente ou poucos.

Nesse sentido, verifica-se um campo bem restrito de trabalho que é semelhante em toda a região com relação à formação de professores de língua alemã. A constatação reitera a ausência de professores formados para lecionar, o que gera um problema na própria formação de outros, pois não há cursos formais para a realização do estágio na graduação.

Com relação à formação de professores, Spinassé (2009) situa a problemática de que, mesmo em regiões diferentes, os professores de alemão recebem a mesma formação, ou seja, não se observam as especificidades locais, havendo uma uniformização no ensino e na aprendizagem, distante das realidades. Outro problema citado é não levar em conta o conhecimento prévio do aluno, o que pode desmotivá-lo, juntamente com a falta de um trabalho voltado às especificidades do meio, levando a muitos a desistirem do curso. Esses dois problemas também foram verificados nos dois cursos existentes estudados (MARTINY, 2015).

Portanto, apesar das planificações linguísticas com o CELEM e a graduação de Letras Português/Alemão, há um alto índice de desistência dos alunos dessas turmas, bem como a

pouca procura pelo curso universitário no vestibular, o que coloca em risco a sua continuidade, bem como a falta de docentes, como já citado.

A situação vivenciada no município retoma os estudos de Calvet (2007) sobre as intervenções por meio de políticas linguísticas, em contextos sociolinguísticos complexos, que podem resultar em problemas ao serem passadas para o domínio do planejamento linguístico, ou seja, com sua implantação. Concorde-se que o Estado possui um papel fundamental para a revitalização de uma língua, pois

A partir do momento em que um Estado se preocupa em administrar sua situação linguística, apresenta-se o problema de saber quais meios ele dispõe para isso. Como intervir na forma das línguas? Como modificar as relações entre as línguas? Quais os processos que permitem passar de uma política linguística, estágio das gerais, ao estágio da implementação, do planejamento linguístico? (CALVET, 2007, p. 62).

Com base no breve cenário descrito, questiona-se também o porquê de políticas atuais promovidas pelo Estado parananense não terem êxito na comunidade. Considera-se que falta uma adequação das propostas educacionais para o contexto de minoria linguística presente no local e, principalmente, pela própria falta de outras políticas linguísticas ao longo da história na localidade e em nível nacional.

Esse cenário é reiterado, uma vez mais, porque há muitos anos as escolas estaduais do município e da região não oferecem mais o ensino formal do alemão em sua grade escolar e, ao longo da história da localidade, poucas vezes alguma instituição de ensino pública ou privada ofereceu a língua alemã como segunda língua ou em alguma atividade de contraturno escolar (AUTOR, 2015). Já em nível municipal, essa língua nunca esteve presente na grade curricular. A situação evidencia o pouco incentivo às questões voltadas à língua de imigração, bem como a decisão dos pais e/ou avós de não ensiná-la às gerações mais novas, causando a perda progressiva da língua de origem.

Um das situações que reflete essa constatação é a Lei municipal no. 3922, de 2008 (Anexo 4), referente à Gestão Municipal dos anos 2005-2008 em que se autoriza a disciplina de Língua Alemã na Rede Municipal de Ensino. Consta que a referida medida visaria ao estímulo para o aprendizado da referida língua por causa da colonização ter sido feita, e sua maioria, por famílias de descendentes de imigrantes alemães.

A fim de implantar essa disciplina na grade, a municipalidade prevê, nessa lei, que as despesas decorrentes seriam por conta de dotações da Secretaria Municipal de Educação e já

se autoriza a efetuação de adequações necessárias no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias por meio de um Crédito Adicional Especial, “se assim desejar” a implantação da disciplina no próximo semestre, abrindo a possibilidade de realização de concurso público para prover as eventuais vagas.

Novamente, verifica-se o discurso do Poder Público Municipal em torno da colonização, atrelando a língua alemã aos habitantes descendentes, no entanto, anteriormente a essa pesquisa, não se sabia da existência dessa lei, não divulgada anteriormente pela mídia, tampouco colocada em prática, sendo desconhecida pelos entrevistados e pela comunidade em geral. Em entrevistas, nem mesmo os dirigentes municipais atuais da Secretaria de Educação, membros de uma nova gestão, sabiam da existência dessa lei.

Acredita-se, além disso, que não adiantaria a simples implementação da língua de imigração no currículo escolar do município, se não se contemplar, primeiramente, essas questões mais amplas do que o ensino da língua em si, sistematizando um planejamento por uma educação bidialetal que aproveite da educação bilíngue aquilo que for pertinente. Por isso, embora haja a iniciativa do Estado em cursos para ensino e aprendizagem de línguas de imigração no Paraná, não há um trabalho de formação docente nesse sentido, nem metodologias que abarquem esse cenário complexo e específico de cada localidade.

Seria necessário, portanto, primeiramente, repensar o *status* das línguas na escola e as políticas linguísticas para essas comunidades de imigração, uma vez que não há como estudar a língua desvinculada da cultura, pois não se pode pensar a linguagem sem considerar aspectos externos, que a influenciam direta e indiretamente.

É o que se pode afirmar com relação aos cursos presentes na comunidade, CELEM e Universidade. Observou-se que grande parte dos alunos os buscam por possuírem um contato anterior com essa língua, ou mesmo por se identificarem com a cultura devido a sua ascendência étnica.

Defende-se, assim, a importância de levar em consideração, nos estudos sociolinguísticos, em torno das políticas linguísticas, as questões acerca das ideologias presentes nas línguas e de identificação ou não da comunidade com as mesmas. Essa reflexão é necessária, pois um dos problemas observados sobre as línguas de imigrantes, é que essas ainda são ensinadas nas comunidades, tanto ideológica como metodologicamente, como *línguas estrangeiras*, sem respeitar e tratar os dados sócio-históricos referentes à origem étnica cultural e à hibridização interna dos dialetos com a língua institucionalizada, o que acarreta um distanciamento do aluno em relação à língua já conhecida no ambiente familiar.

Pelos relatos dos entrevistados observou-se justamente isso, que os falantes acreditavam não serem bilíngues porque não falam “o alemão de verdade”, ou “o alemão da Alemanha” ou “o alemão correto”. Mesmo que os alunos, como se verificou, possuam esta relação com a língua e cultura, o vínculo não garante a permanência dos discentes nos cursos.

Nesse sentido, Mello (2011) destaca dois aspectos que são importantes enquanto objetivos do ensino de uma língua, materna ou não: o respeito às características culturais e linguísticas do educando, garantindo-lhe a manutenção de sua autoestima e viabilizando sua integração na cultura escolar; o conhecimento.

Em suma, há a necessidade do reconhecimento da pluralidade, da interdisciplinaridade, de ações de uma conscientização plurilíngue/cultural séria e coletiva, de forma positiva, frente às novas demandas da globalização de inclusão cultural e linguística em comunidades de imigrantes (e de seus descendentes) no país. Ações que partam de políticas linguísticas não só do Estado, mas, como foi visto, da própria comunidade de imigrantes e seus descendentes que precisam querer e se envolver nessas políticas. Compreende-se a necessidade de que poder político, econômico, educacional e a comunidade de fala tenham o mesmo objetivo em relação às línguas minoritárias, em um processo de continuidade, de uma nova retomada nas instituições escolares.

#### **4 Considerações finais**

Considera-se importante ressaltar o papel que as políticas linguísticas vigentes no país têm desempenhado em relação às questões que envolvem as língua(s) e as cultura(s), a fim de implementar um ensino culturalmente sensível às variantes e às variáveis linguísticas. É necessário ter conhecimento sobre a história, a realidade sociocultural e econômica do contexto social em que se está situado, a fim de planejar e implementar o fortalecimento linguístico das línguas desses grupos minoritários e trabalhar nas escolas a diversidade linguística cultural, bem como do estigma tão presente no contexto escolar que acaba inibindo o falar da língua de imigração, como se observou no relato de vários entrevistados que citaram o ambiente escolar como o responsável por esta inibição, tanto pela ausência de preparo do professor ao lidar com essas questões quanto dos colegas alunos que “tiram sarro”.

Sobre isso, há a necessidade de um trabalho de autoconhecimento do professor e dele com os discentes, o que é quase inexistente.

Ressalta-se que, mesmo com as tentativas de resgate e manutenção do pluriculturalismo, das línguas autóctones, falta, como afirma Altenhofen (2004), a contrapartida da própria comunidade para promover os seus direitos, enquanto minorias linguísticas. Então, é necessário haver a aceitação da comunidade para que as políticas linguísticas se efetivem realmente, mesmo porque uma das constatações desta pesquisa é o fato de que os pais falantes de língua alemã não têm mais utilizado a língua em suas interações diárias e tampouco ensinaram-na a seus filhos. Os poucos diálogos em alemão se dão no âmbito da brincadeira, em número reduzido, dentro de casa apenas ou na sala de aula.

Acredita-se que, para que haja revitalização cultural e linguística com relação à língua de imigração, é necessário que o bilinguismo seja aceito e valorizado na comunidade, que sejam desconstruídos estereótipos e cultura de fachada a partir de discursos vazios, pois as línguas em contato compreendem uma complexa intersecção psicológica, linguística e social. Dessa maneira, seria possível implementar ações que fortalecessem as línguas dos grupos teuto-brasileiros por meio de uma educação plurilíngue, na qual as variedades do português e os vários dialetos da língua alemã fossem tratados com prestígio na constituição social, histórica e identitária dos indivíduos brasileiros.

## **Referências**

ALTENHOFEN, Cléo V. O conceito de língua materna e suas implicações para o estudo do bilingüismo (alemão-português). *Martius-Staden-Jahrbuch*, São Paulo, n. 49, p. 141-161, 2002. Disponível em: <<http://www.ipol.org.br/imprimir.php?cod=94>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. Política linguística, mitos e concepções linguísticas em áreas bilíngües de imigrantes (alemães) no Sul do Brasil. *Revista Ibero Americana*. 2004. Disponível em: <[http://www.iberamericano.net/files/ejemplo\\_por.pdf](http://www.iberamericano.net/files/ejemplo_por.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, Cristine et al (Orgs.). *Política e Políticas Linguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 2013, p. 93-116.

AUTOR (2015)...

BORTONI-RICARDO, Stella M. Educação bidialetal – O que é? É possível? In: SEKI, Lucy (Org.). *Linguística indígena e educação na América Latina*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 71-87.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas lingüísticas*. Tradução de Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2007.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. 5. ed. Campinas: Papirus, 1995.

FRITZEN, Maristela P. “Ich spreche anders, aber das ist auch deutsch”: línguas em conflito em uma escola rural localizada em zona de imigração no sul do Brasil. *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas, v. 47, n.2, p. 341-356, Jul./Dez. 2008.

MELLO, Heloísa A. B de. Atitudes linguísticas em uma comunidade bilíngue do sudoeste goiano. In: SILVA, Sidney de Souza (Org.). *Línguas em contato*. Cenários de Bilinguismo no Brasil. Campinas, Pontes Editores, 2011, p. 141-172.

OLIVEIRA, Gilvan M. Política Lingüística na e para além da Educação Formal. *Estudos Lingüísticos XXXIV*, 2005, p. 87-94. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2005/4publica-estudos-2005-pdfs/1-convidado-gilvan.pdf?SQMSESSID=a38ffc79c82bcbe561e1c641326fd16c>>. Acesso em: 15 jul. de 2012.

\_\_\_\_\_. Prefácio de *As políticas lingüísticas*. In: CALVET, Louis J. *As políticas lingüísticas*. Tradução de Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2007.

PEREIRA, Maria C. *Naquela comunidade rural, os adultos falam "alemão" e "brasileiro"*. Na escola, as crianças aprendem o português: um estudo do continuum oral/escrito em crianças de uma classe bisseriada. Campinas, 1999. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). IEL/Unicamp, Campinas - SP, 1999. Disponível em: <[www.bibliotecadigital.unicamp.br](http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/Bases/Disponiveis) > Bases Disponíveis >. Acesso em: 10 jan. de 2013.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Política linguística: do que trata afinal? In: NICOLAIDES, Cristine et al (Orgs.). *Política e Políticas Linguísticas*. Campinas SP: Pontes Editores, 2013, p. 19-42.

SAATKAMP, Venilda. *Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon*. Cascavel: Assoeste, 1985.

SCHULZE, Frederik. O discurso protestante sobre a germanidade no Brasil – observações baseadas no periódico *Der Deutsch Ansiedler* (1864-1908). *Espaço Plural*, n.19, p. 21-28, 2º semestre, Marechal Cândido Rondon: Edunioeste, 2008.

SPINASSÉ, Karen Pupp. Duas faces do ensino do alemão como língua estrangeira no Brasil. In: MAURÍCIO, Lúcia Velloso. (Org.). *Ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras: o foco na integração*. Em aberto. v. 22, n.81, Brasília: O Instituto, agosto de 2009, p. 61-80.

STEIN, Marcos Nestor. *Construção do discurso da germanidade em Marechal Cândido Rondon (1946-1996)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC, 2000. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/79286>>. Acesso em: 15 mar. de 2013.

TARGANSKI, Sérgio. *Rumo ao novo Eldorado*. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2007.

UNIOESTE. *Projeto Político Pedagógico (PPP)*, 2009.

VON BORSTEL, Clarice N. *Aspectos do bilingüismo: alemão e português em Marechal Cândido Rondon, Paraná, Brasil*. (Dissertação de Mestrado). Florianópolis, SC: UFSC, 1992.

\_\_\_\_\_. *A linguagem sociocultural do Brasildeutsch*. Pedro e João Editores: São Carlos, 2011.

Data de recebimento: 16/08/2017

Data de aceite: 26/11/2017